Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justica.

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral.

Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, membros do Egrégio

Colégio de Procuradores.

Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça Coordenadores de

Grupos de Atuação, Centros de Apoio e respectivos Núcleos desta capital

e regionais.

TRIGÉSIMO SÉTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA.

Atendendo ao quanto disposto no art. 2°, IV, da Lei Complementar Estadual n° 24/06 e no art.

2°, IV do Regimento Interno (Resolução nº 10/2007), apresentamos aos Nobres Colegas o

trigésimo quinto relatório trimestral de atividades, referente ao período compreendido entre

1°/07/2016 e 30/09/2016.

Recebemos no período compreendido o quantitativo de 370 manifestações. Deste total, 247

manifestações foram concluídas e encerradas, alcançando-se o percentual de 66,76% de

resolubilidade. Quanto à tipologia, 84,59% referem-se a denúncias, 12,7% correspondem a

reclamações e 2,7% dizem respeito a outras espécies na tipologia fornecida pelo sistema.

No tocante aos assuntos, 19,46% tratam de questões relativas à improbidade administrativa;

11,08% versaram sobre matérias de educação, saúde, idoso e pessoas com deficiência; 10,81%

referem-se a demanda alheia à competência da Ouvidoria; 10% trouxeram a matéria de concurso

público; 7,84% cuidam de meio ambiente; 7,57% equivalem a crimes/execução penal; 6,22% foram

reclamações sobre a atuação dos membros do Ministério Público, sua inércia ou morosidade; 5,68%

sobre consumidor/serviços públicos; 5,14% sobre matéria eleitoral; 4,32% representam reclamações

sobre infração disciplinar de membro ou servidor; e, por fim, 11,89% apresentam outros assuntos.

Ouvidoria do Ministério Público

Unidade Nazaré: Avenida Joana Angélica, 1312, 1º andar, Sala 103, Nazaré. CEP:40.050-002. Salvador – BA.

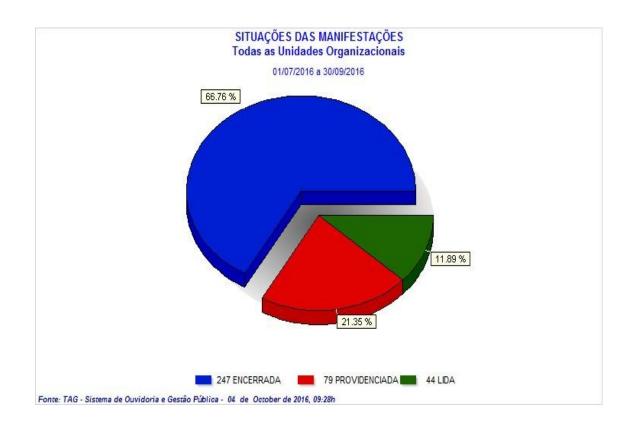
Em relação aos meios de contato utilizados, a internet, que abrange o formulário online "link" disponível no site do Ministério Público, através do da Ouvidoria (www.mp.ba.gov.br/ouvidoria.asp), compreendeu 79,19% manifestações; 12,7% das das manifestações foram encaminhadas via e-mail. Os demais 8,11% dos atendimentos referem-se outros meios de entrada.

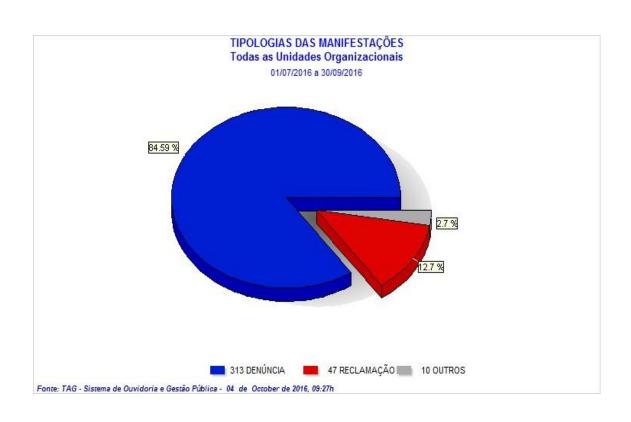
Acerca da origem, 49,73% derivaram de pessoas físicas; 37,84% advieram de abaixo-assinados e 12,43% de outros não especificados. Salientando que, da totalidade de pessoas físicas, 34,86% são do sexo masculino; 23,78% do sexo feminino e 41,35% não se aplica a classificação de gênero.

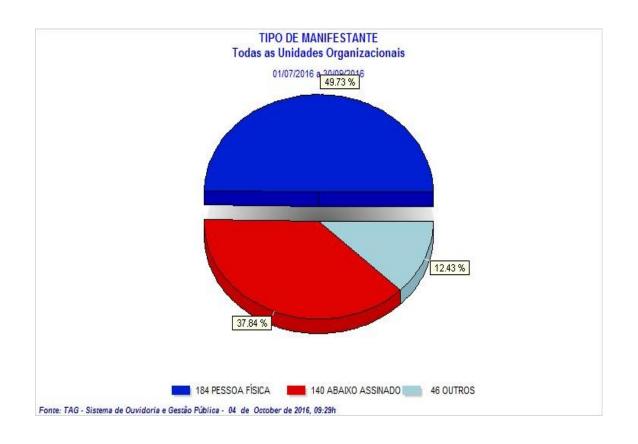
Por fim, concernente ao resultado obtido, informamos que, em 35,68% das manifestações a autoridade adotou outras medidas; 33,24% encontram-se como não definido; em 10,81% dos registros ainda não foram adotadas outras medidas; 7,84% não competem ao Ministério Público; 7,57% possuem conteúdo insuficiente ou são improcedentes; em 2,43% o expediente gerou providência administrativa; 1,35% possuem motivo justo; em 0,54% gerou abertura de processo administrativo; e, por fim, em 0,54% houve o fornecimento da informação.

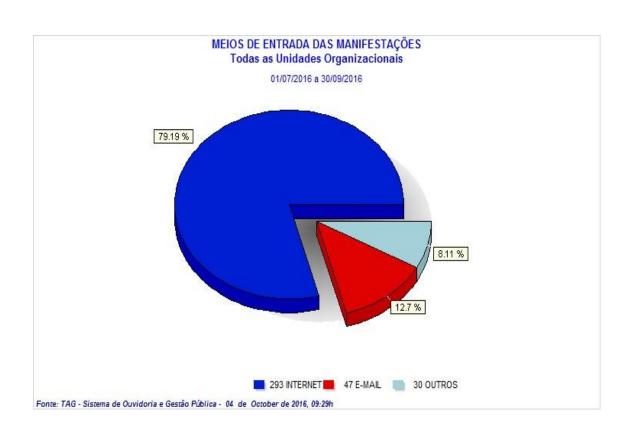
Abaixo, as tabelas detalhadas das manifestações, segundo a tipologia, situação, meio de contato utilizado e tipo de manifestante, acompanhadas dos gráficos referentes.

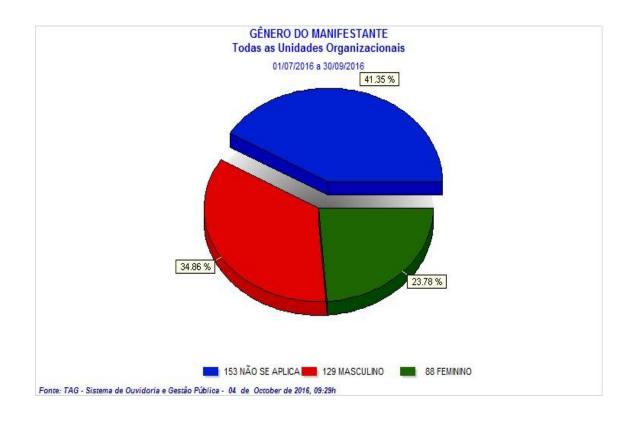
<b>TIPOLOGIA</b>			<b>SITUAÇÃO</b>		
TOTAL	370	100%	TOTAL	370	100%
DENÚNCIA	313	84,59%	ENCERRADA	247	66,76%
RECLAMAÇÃO	47	12,7%	PROVIDENCIADA	79	21,35%
OUTROS	10	2,7%	LIDA	123	11,89%
MEIO DE ENTR		1000			
TOTAL	370	100%	TIPO DO MANIFESTANTE		
INTERNET	293	79,19%	TOTAL	370	100%
E-MAIL	47	12,7%	PESSOA FÍSICA	184	49,73%
OUTROS	30	8,11%	ABAIXO ASSINADO	) 140	37,84%
			OUTROS	46	12,43%

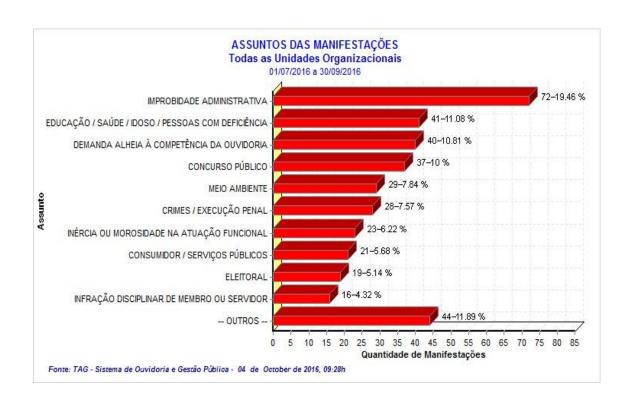


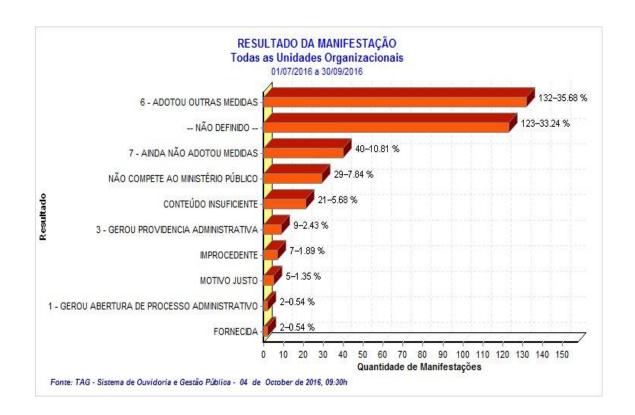












Complementando as informações, noticiamos que atendemos à convocação para participar da XXX Reunião do CNOMP – Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, ocorrida nos dias 29 e 30 de setembro de 2016, na cidade de Belo Horizonte – MG. Constaram da pauta os seguintes assuntos: Proposta de alteração da Resolução n. 95/2013, que dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Mps; Estratégias para a Comissão de acompanhamento legislativo quanto ao PLC que organiza a Ouvidoria do MP da União, prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados, encaminha ao PGR, Rodrigo Janot; Debate sobre a atuação/relação entre a Ouvidoria e a Corregedoria e apresentação de entendimentos consolidados nas unidades do MP; Debate quanto ao Projeto de Integração e Aprimoramento das Ouvidorias do MP; Feedback aos conselheiros quanto à reunião com o Senador Antônio Anastasia sobre o PL substitutivo da Câmara n. 20/2015 ao PL 439/1999 do Senado Federal; Painel sobre as práticas exitosas das Ouvidorias dos MPs; Apresentação dos Projetos enviados para compor o Manual de Boas Práticas e Apontamentos.

Houve ainda uma palestra sobre o Processo de Tombamento da Pampulha pela Arquiteta e Diretora do Conjunto Moderno da Pampulha, Luciana Rocha Feres, e pelo Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do MPMG Marcos Paulo Souza Miranda.

Saliente-se, por derradeiro, que as atividades exercidas no trimestre em análise foram desenvolvidas pela Procuradora de Justiça Dra. Marília de Campos Souza, tendo em vista que a sua gestão junto à Ouvidoria se encerrou em 23 de setembro de 2016, momento em que fui empossada

no cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado da Bahia.

No mais, agradeço sempre a todos a confiança em mim depositada para o exercício de tão grandiosa função, e submeto o presente relatório à apreciação dos Eminentes Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral, membros do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e Promotores/Procuradores de Justiça coordenadores dos Grupos de Atuação, Centros de Apoio e respectivos Núcleos desta capital e regionais, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Salvador, 17 de outubro de 2016.

Cleusa Boyda de Andrade

Boydo

Procuradora de Justiça Ouvidora